




Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Senhor Presidente;

Senhoras Vereadoras;

Senhores Vereadores:

35. ^a Sessão Data 27/10/20
As doudas comissões para parecer.
 Presidente

Justificativa

Trata-se do projeto de lei que “Dispõe sobre incentivo ao plantio e manutenção de árvores, mediante desconto no Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e dá outras providências”, e que elevo à apreciação de Vossas Excelências.

Nos termos do artigo 225 da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Para assegurar a efetivação deste direito, incumbe ao Poder Público, em suas diversas esferas, a promoção de projetos para incentivar o meio ambiente saudável, como o estímulo ao plantio de árvores.

Cumprir dizer os benefícios trazidos pelo plantio de árvores, dentre eles: a diminuição da temperatura do ambiente, atuando como filtro natural. Além disso, absorve gás carbônico e libera oxigênio; reduz a poluição sonora; humaniza a cidade; e melhora a qualidade de vida, entre outros.

Há mais. Diante do aquecimento global, das elevadas temperaturas - cada vez mais frequentes -, e das demandas populares ao incentivo ao plantio de árvores, submetemos, com o devido respeito, o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos nobres Vereadores que integram esta Casa Legislativa, na certeza de que, após regular tramitação, seja aprovado.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº

064/2020

“Dispõe sobre incentivo ao plantio e manutenção de árvores, mediante desconto no Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e dá outras providências”

Art. 1º - Fica concedido o desconto de 5% (cinco por cento) no Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU para os proprietários de imóveis que plantarem ou mantiverem suas calçadas arborizadas.

Parágrafo Único. As benesses desta Lei não se aplicam à imóveis comerciais e industriais.

Art. 2º - Para obter o desconto de que trata o artigo anterior, o contribuinte deverá cumprir as seguintes condições:

I – no caso de árvores plantadas ou mantidas, a altura mínima da copa deverá possuir 1 (um) metro;

II – a espécie arbórea deverá estar em perfeita condição de sanidade vegetal;

Art. 3º - O desconto será concedido mediante requerimento do proprietário junto com a foto da fachada do imóvel que comprove a existência da árvore.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

§1º O desconto somente será concedido ao contribuinte que cumprir integralmente as exigências desta Lei, declarando por escrito o fiel cumprimento pelo proprietário.

§2º A declaração do contribuinte não supre eventual fiscalização.

§3º Em caso de corte, queda ou remoção da árvore, o proprietário fica obrigado a comunicar o evento à Prefeitura, perdendo o benefício no exercício seguinte ao evento.

Art. 4º - Na hipótese do contribuinte, por qualquer artifício, tentar burlar o disposto nesta Lei, perderá o benefício devendo pagar o valor total do IPTU.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único. A renúncia de receita será apurada e compensada pelo superávit orçamentário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 27 de outubro de 2020.

JOÃO ALVES CORRÊA NETO

VEREADOR